

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2019

Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 13

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 13 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 13) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-759-8 DOI 10.22533/at.ed.598191211 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Estamos na décima primeira edição do e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”. Foram selecionados 77 artigos e estes, separados em 3 volumes. O objetivo em organizar esta coligação foi dar visibilidade a temas contemporâneos que envolvem e discutem a educação, sobretudo, voltados as temáticas da avaliação e políticas educacionais e expansão da educação brasileira.

Neste **Volume XI**, são 27 artigos englobando o ensino fundamental e médio, trazendo embates sobre o processo de alfabetização, ensino de matemática, saúde, meio ambiente, metodologias, currículo, políticas públicas e relatos de experiências.

No **Volume XII** são 26 artigos subdivididos em 4 partes distintas, sendo a primeira, em torno do Ensino Superior; a segunda, Formação de Professores; a terceira, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e por fim, História e Política.

E no **décimo terceiro volume**, são 24 artigos, organizados em 3 partes: Educação Infantil; Uso de Tecnologias na Educação e; Educação e Diversidade. Os artigos apresentam resultados de pesquisas conforme objetivo deste e-book, abordando temáticas atuais dentro de cada uma destas partes.

Sejam bem-vindos ao e-book “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira 11” e boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 1	1
A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS: EXPLORANDO TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA	
Jessica Aparecida de Oliveira Michelle Fernanda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5981912111	
CAPÍTULO 2	9
AS ESPECIFICIDADES DOS EDUCADORES DE CRECHE: UM DEBATE SOBRE SABERES E FORMAÇÃO	
Laíse Soares Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5981912113	
CAPÍTULO 3	21
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Francisco Thiago Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5981912114	
CAPÍTULO 4	34
BEM-ESTAR /MAL-ESTAR NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPO GRANDE – MS	
Gisele Aparecida Ferreira Martins Flavinês Rebolo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912115	
CAPÍTULO 5	46
LIVRO DA VIDA: MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gabriela Moreira Rabelo	
DOI 10.22533/at.ed.5981912116	
CAPÍTULO 6	61
O BRINCAR E A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A BRINQUEDOTECA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
Tiago da Silva Teixeira Isabella de Oliveira Santos Daphiny Menezes Figueiredo Paola de Castro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5981912117	
CAPÍTULO 7	71
A TECNOLOGIA, COMO ALIADA NA EDUCAÇÃO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	
José Erildo Lopes Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5981912118	

PARTE 2 - USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 8	84
AVAS E MOOCS: DIFERENTES ABORDAGENS PARA APRENDIZAGEM ONLINE	
Hércules Batista de Oliveira Jésyka Milleny Azevedo Gonçalves Josilene de Fátima Cardoso Sá Lidiane Gonzaga e Silva Luanna Azevedo Cruz Maria Alice Gomes Lopes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.5981912119	
CAPÍTULO 9	91
EDUCAÇÃO: CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMPLEXIDADE DO SÉCULO 21	
Eulalia Arias Spinola	
DOI 10.22533/at.ed.59819121110	
CAPÍTULO 10	102
PROCURANDO NEMO: O FILME COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO ENSINO	
Youry Souza Marques Jhennyfer de Oliveira Silva Ghabriel Honório da Silva Karoline Pádua de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.59819121111	
CAPÍTULO 11	109
SATISFAÇÃO DOS ACADÊMICOS QUANTO AS WEBCONFERÊNCIAS DISPONIBILIZADAS PELOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	
Alenice Aliane Fonseca Ronilson Ferreira Freitas Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis Naura Sthocco Silva Nobre Maria Nunes de França Maria Aparecida Pereira Queiroz Betânia Maria Araújo Passos Maria Ângela Lopes Drumont Macêdo Fernando Guilherme Veloso Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.59819121112	
CAPÍTULO 12	118
TELE-EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	
Renata Fernanda de Moraes Márcia Maria Pereira Rendeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121113	

CAPÍTULO 13	132
UM ESTUDO SOBRE AS ATITUDES DOS ESTUDANTES DE ENSINO TÉCNICO EM RELAÇÃO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Aichi da Cruz Martins dos Anjos Márcia Regina Ferreira de Brito Dias (in memoriam)	
DOI 10.22533/at.ed.59819121114	
CAPÍTULO 14	145
EDUCAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA, CONHECIMENTOS E A LUTA CONTRA A ALIENAÇÃO	
Silmara A. Lopes Verônica M. Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.59819121115	
CAPÍTULO 15	159
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS DISCENTES DE ENSINO MÉDIO	
Maélen Samara Bento Jaqueline Tavares Ribeiro de Oliveira Rafael Ceolato da Silva Antonio Donizetti Durante Ingridy Simone Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121116	
PARTE 3 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	
CAPÍTULO 16	163
EDUCAÇÃO SEXUAL EM DISCURSO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA	
Karina de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.59819121117	
CAPÍTULO 17	174
IDENTIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: ANÁLISE DE CONCEPÇÕES DOCENTES	
Pedro Henrique Vieira Suzana Lopes Salgado Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.59819121118	
CAPÍTULO 18	185
EDUCAÇÃO: OLHARES SOBRE OS EXCLUÍDOS JOVENS DOS MEIOS POPULARES	
Luzinete da Silva Figueirêdo	
DOI 10.22533/at.ed.59819121119	
CAPÍTULO 19	202
PERCEPÇÃO DE ESTRESSE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS INGRESSANTES E ALOJADOS	
Maria do Socorro Souza de Araujo Sílvia Maria Melo Gonçalves	

DOI 10.22533/at.ed.59819121120

CAPÍTULO 20 217

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Josinei Vilarino Figueiredo
Kyrleys Pereira Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.59819121121

CAPÍTULO 21 229

PRÁTICA PEDAGÓGICA: ABORDANDO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO ENSINO MÉDIO

Luana Cristina Barbieri da Silva
Weverton Rodrigo Macena de Mendes
Bruno Dalbello da Silva Elias
Fernando Luis de Moraes Rocha
Antonio Donizetti Durante
Ingridy Simone Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.59819121122

CAPÍTULO 22 233

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1997-2014): UM ESTUDO BASEADO EM DISSERTAÇÕES E TESES

Juliane Cristina Ribeiro Borges de Souza
Neusa Elisa Carignato Sposito

DOI 10.22533/at.ed.59819121123

CAPÍTULO 23 242

TRAJETÓRIA E MEMÓRIAS DE JOVENS ADULTOS COM HIV: EXPERIÊNCIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Barbara Regina Firmino

DOI 10.22533/at.ed.59819121124

SOBRE O ORGANIZADOR..... 253

ÍNDICE REMISSIVO 254

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS: EXPLORANDO TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA

Jessica Aparecida de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos – SP

Michelle Fernanda Ferreira

Universidade Federal de São Carlos
São Carlos – SP

RESUMO: Este texto trata-se de um estudo sobre a relação entre a organização dos espaços físicos e os critérios de atendimento que respeitem os direitos fundamentais das crianças de zero a seis anos nas instituições de Educação Infantil. O objetivo foi analisar como os direitos das crianças são atendidos perante a organização dos espaços físicos na Educação Infantil, sustentado nos estudos da Geografia da Criança e Sociologia da Infância. O estudo se desenvolveu com base em dois documentos legais: os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura e de Qualidade para Educação Infantil, com o intuito de analisar e problematizar a maneira pela qual as instituições planejam, pensam ou não nas crianças por meio das filmagens da escala da criança. As análises apontaram a existência de falhas na estruturação dos espaços destinados às crianças nas instituições de Educação Infantil para o pleno atendimento dos seus

direitos, mesmo com as legislações presentes, o que revela que há também uma lacuna na compreensão do que é ser criança e do que é e como deveria ser tais espaços. O propósito deste texto é sensibilizar e convidar as instituições de Educação Infantil a conceberem a organização dos espaços físicos escolares como territórios da infância que respeitem os direitos fundamentais das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Educação Infantil. Espaços físicos. Territórios da infância.

THE PHYSICAL SPACES OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE CHILDREN'S FUNDAMENTAL RIGHTS: EXPLOITING CHILDHOOD TERRITORIES

ABSTRACT: This paper is a study about the relationship between the organization of physical spaces and the attendance criteria that respect the fundamental rights of children from zero to six years old in Early Childhood Education institutions. The purpose is to analyze how the children's rights are agreed to the organization of physical spaces in early childhood education, sustained in the studies of Sociology of Childhood and Geography of Childhood. The study was developed on the basis of two legal documents: the Criteria for attending day care centers that respect the children's rights and the Basic Parameters of Infrastructure and Quality

for Early Childhood Education, in order to analyze and problematize the way in which the institutions project are in agreement or not with the needs of children through the filming of the child's scale. The analyzes pointed to the existence of flaws in the structure of places designed for children in early childhood education institutions for the full recognition of their rights, even with the current legislation, which reveals that there is also a gap in understanding what is it like to be a child and what is it like and how such spaces should be. The purpose of this text is to sensitize and invite the Early Childhood Education institutions to conceive the organization of the physical spaces as childhood territories that respect the fundamental rights of the children.

KEYWORDS: Children. Early childhood education. Physical spaces. Childhood territories.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre a relação entre a organização dos espaços físicos e os critérios de atendimento que respeitem os direitos fundamentais das crianças de zero a seis anos nas instituições de Educação Infantil. O interesse pela temática surgiu das experiências vivenciadas durante a realização do estágio obrigatório curricular e dos estudos proporcionados pelas disciplinas Metodologia do Trabalho Docente na Educação Infantil e Prática de Ensino e Estágio Docente na Educação Infantil, ofertadas no oitavo semestre do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.

O objetivo deste trabalho foi analisar como os direitos das crianças são atendidos perante a organização dos espaços físicos na Educação Infantil, sustentado nos estudos da Geografia da Criança e Sociologia da Infância. A partir da temática pretendeu-se pensar a escola e seus espaços físicos sob a ótica da criança, assim como ampliar o olhar do leitor sobre como os espaços infantis estão planejados a partir da lógica adultocêntrica, corroborando a um possível negligenciamento dos direitos das crianças. Neste sentido, questionamos de que modo a organização dos espaços físicos atendem (ou não) aos direitos fundamentais das crianças?

Para responder a problemática construída elencamos os seguintes objetivos: conhecer a organização dos espaços físicos das instituições de Educação Infantil, identificar quais os direitos fundamentais das crianças e discutir como eles são, ou não, atendidos no espaço escolar. Os principais autores utilizados neste estudo foram: Ariès (1981); Brasil (2004; 2009); Campos (2009); Horn (2004); Lopes (2013); Lopes e Vasconcellos (2006); Marconi e Lakatos (2006); Moruzzi (2006).

A metodologia utilizada no estudo é de abordagem qualitativa (MARCONI & LAKATOS, 2006). Para isso, estabelecemos um processo metodológico que foi dividido em três etapas. A primeira etapa constituiu-se em levantamento bibliográfico de livros, revistas e periódicos da temática publicada. A segunda etapa pautou-se na leitura e seleção dos materiais. Por último, discutimos, analisamos e dialogamos a

temática de acordo com os referenciais teóricos e as filmagens da escala da criança.

Assim, optamos por apresentar a relação entre a organização dos espaços físicos e os direitos fundamentais das crianças com foco em dois ambientes comuns aos grupos etários público alvo da Educação Infantil: o parque e o espaço de sala de “aula”.

2 I METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Por meio das experiências vivenciadas durante a realização do estágio e do resultado da atividade relacionada à escala da criança, proposta na disciplina Metodologia do Trabalho Docente na Educação Infantil, em que nós estudantes realizamos uma filmagem na altura de uma criança de zero a seis anos a fim de visualizar e analisar o que elas enxergam e o que não visibilizam, fomos atentando nosso olhar para as especificidades das crianças diante dos espaços destinados à elas nas instituições de Educação Infantil, em especial o espaço interno sala de “aula” e o espaço externo parque.

Nesse sentido, como metodologia deste trabalho nos pautamos em dois documentos legais: os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura e de Qualidade para Educação Infantil, com o intuito de analisar e problematizar a maneira pela qual as instituições planejam, pensam ou não nas crianças, por meio das filmagens da escala da criança. Para tanto, nos baseamos nos estudos da Geografia da Infância e Sociologia da Infância a fim de compreender a configuração dos espaços existentes nas instituições de educação infantil proporcionado às crianças e como esses espaços atendem, ou não, seus direitos.

Falar em espaços destinados às crianças nas instituições de educação infantil implica expressar o que se entende por infância. Segundo Ariès em *História Social da Criança e da Família* (1981), da Antiguidade até o século XII havia uma ausência do sentimento de infância. Nesse período, não havia nenhuma diferenciação entre crianças e adultos, sendo que todos compartilhavam a mesma rotina, os mesmos trajes, afazeres e rituais. É por volta do século XIII com a representação de alguns tipos de criança um pouco mais próximas do sentimento moderno de infância que se inicia a descoberta da infância. No entanto, só a partir do fim do século XVI e durante o século XVIII que os sinais de seu desenvolvimento tornam-se significativos (ARIÈS, 1981).

No fim do século XVI e início do XVII devido a reforma moral da sociedade ocidental, começam a surgir uma literatura específica para as crianças, manuais educativos e prescrições do que se pode ou não ensinar às crianças. É no bojo dessas normatizações bem como na ideia de que a criança é um ser frágil e despreparado que é aberto o caminho à tutela pedagógica. A educação é colocada na “primeira

fileira das obrigações humanas” (ARIÈS, 1981, p. 83-84).

Como consequência desse processo, inicia-se a particularização da infância e reestruturação do espaço destinado para as crianças, em que as crianças são excluídas do convívio direto com o adulto e este passa a se dar por meio da família e da escola, instituições responsáveis pela educação dos pequeninos. “A educação cotidiana, local até então de aprendizagem das crianças, cede lugar à educação escolar, onde as crianças, vistas nessa nova ótica como seres “puros” e “frágeis”, serão preparadas para a “vida”, para a entrada no mundo adulto” (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 114).

No entanto, cabe ressaltar que o sentido de infância é algo variável sob influência de fatores históricos, sociais e culturais, uma vez que apenas as crianças pertencentes a classe alta tinham condição básica para ser cidadão. Nesse sentido, o ser criança no mundo ocidental, foi marcado por uma variedade de dimensões de infância que variavam de localidade para localidade e constituíam uma diversidade de marcas sociais (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 117).

Assim, atrelado ao reconhecimento da infância, surge a “possibilidade de concretização dessa condição em espaços físicos destinados para tal” (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 118), dentre os quais se destaca a escola, instituição que passa a atuar sobre a infância. A escola, como um espaço destinado a um determinado grupo social, neste caso às crianças, suscita a existência de territorialidades infantis baseadas na construção de identidades culturais que se configuram pelas diferentes formas de ser criança. Nessa lógica, a pluralidade do ser criança engloba símbolos caracterizados por valores, normas, espaços, tempos, que se distingue do ser adulto, denotando “uma estreita relação entre identidade infantil e os territórios de infância” (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 119).

Os territórios de infância expressam a relação que se estabelece entre sujeitos e lugares, “[...] dimensão simbólica por onde perpassa a tensão entre a singularidade dos indivíduos que nele habitam e os arranjos sociais da coletividade [...]” (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 119). Isso significa dizer, que os territórios de infância “[...] abarcam diferentes inter relações marcadas pelo significado real e afetivo que cada grupo confere e delimita em seu espaço de vivência [...]” (LOPES e VASCONCELLOS, 2006, p. 119), onde estão presentes as interações entre os lugares destinados pelo adulto às crianças e as instituições e as territorialidades de crianças. Logo, a organização dos espaços físicos das instituições de educação infantil pautada nos direitos fundamentais das crianças se configura como territórios de infância.

Cabe ressaltar aqui o que se entende por lugar. Sustentado nos estudos de Lopes (2013, p. 286), o lugar é “[...] entendido como as relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço [...]”, sendo o espaço mais abstrato que o lugar. Nessa acepção, o lugar legitima-se “à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor” (LOPES, 2013, p. 287). Assim como a concepção de lugar defendida por Lopes (2013), Horn (2004, p. 35) utiliza a palavra ambiente para definir “[...] o conjunto

dos espaços físicos e as relações que nele se estabelecem, as quais envolvem os afetos e as relações interpessoais do processo [...]”.

Partindo da ideia dos territórios de infância, falar em espaços no âmbito educacional, mais especificamente, da relação entre a organização dos espaços físicos das instituições de educação infantil e os critérios de atendimento que respeitem os direitos fundamentais das crianças, implica resgatar alguns aspectos históricos sobre a educação infantil brasileira.

Atrelada às transformações ocorridas ao longo dos séculos, influenciadas pelo pensamento de cada época sobre a criança, a educação infantil no Brasil, percorreu um longo caminho de institucionalização:

[...] em certos momentos, vinculou-se à saúde em seus pressupostos higienistas; em outros, à caridade e ao amparo à pobreza e, em outros ainda, à educação. Nessa trajetória, toda a política de educação infantil emanada do poder público se caracterizou, de um lado, por um jogo “de empurra” e, de outro, por uma visão acintosamente assistencialista (HORN, 2004, p. 13).

As mudanças significativas no atendimento e especificidade da educação infantil começam a ganhar forças na sociedade a partir do reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos com a promulgação da Constituição de 1988. Desde então, outros ordenamentos legais se desmembraram, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, o Referencial e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os Padrões de Infraestrutura das Unidades de Educação Infantil a fim de subsidiar os critérios de qualidade para o atendimento à infância voltado para as necessidades fundamentais da criança. É com esse objetivo que surge os critérios de atendimento que respeitem os direitos fundamentais das crianças, o qual estabelece critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das instituições infantis que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças (CAMPOS, 2009).

Segundo Brasil (2009) é dever do Estado o direito à garantia e gratuidade da educação de qualidade às crianças. Este promove o atendimento à infância em conjunto com a família e a comunidade por meio da instituição creche, para as crianças de até três anos, e pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade. Entretanto, esse atendimento à infância muitas vezes funciona em condições precárias com a ausência de padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições, resultando em espaços-ambiente que não respeitam os direitos fundamentais das crianças.

Assim, questionamos de que modo a organização dos espaços físicos atendem (ou não) aos direitos fundamentais das crianças?

3 | RESULTADOS, DISCUSSÕES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Horn (2004), a organização dos espaços físicos nas instituições de educação infantil revela oportunidades de aprendizagens por meio das possibilidades de interações entre crianças e objetos e entre elas, isto é, “espaços-tempos em que se possibilita o coletivo infantil” (MORUZZI, 2014, p. 20), uma vez que “o espaço é entendido sob uma perspectiva definida em diferentes dimensões: a física, a funcional, a temporal e a relacional, legitimando-se como um elemento curricular” (HORN, 2004, p. 35) que infere a concepção de criança e de educação praticada. Nesse sentido, os espaços nunca são neutros, “[...] pois carrega em sua configuração, como território e lugar, signos e símbolos que o habitam” (HORN, 2004, p. 37).

A partir das experiências vivenciadas durante a realização do estágio obrigatório curricular, dos estudos realizados nas disciplinas supracitadas e da atividade da escala da criança, fomos compreendendo as especificidades das crianças e atentando nosso olhar aos espaços destinados às crianças nas instituições, em especial o espaço interno sala de “aula” e o espaço externo parque, já que são os espaços mais frequentados pelas crianças e nem sempre os mesmos são pensados e/ou adequados à elas. Esse olhar mais atento e interessado aos espaços apontou a existência de falhas no pleno atendimento aos direitos fundamentais das crianças, uma vez que esses espaços indicam a maneira pela qual as instituições planejam e/ou pensam ou não nas crianças.

Segundo Brasil (2004, p. 10), para o pleno atendimento à infância e garantia de uma educação de “qualidade”, é necessário reconhecer a criança como sujeito do processo educacional e como principal usuário do ambiente educacional para a construção de um ambiente físico que ofereça condições compatíveis com as necessidades de seu desenvolvimento. Para isso, o atendimento às crianças de 0 a 1 anos deve ocorrer, principalmente, no espaço berçário, o qual constitui-se por salas de repouso e de atividades integradas com capacidade para até 12 crianças, e para crianças de 1 a 5 anos, em espaços denominados de salas de atividades múltiplas, que constitui-se em sala de atividade, biblioteca, sala de vídeo e brinquedoteca, podendo ter capacidade mínima para a maior turma correspondente a 25 crianças. Além disso, o documento afirma “que a área mínima para as salas de atividades das crianças seja de 1 m² por criança atendida [...]”.

Em relação ao espaço interno sala de “aula”, do ponto de vista estrutural, o espaço é pequeno e limitado, uma vez que a quantidade de crianças é superior ao que é destinado por lei, não atendendo a especificação da área mínima necessária às salas de “aula”. Além disso, há uma divisão entre os grupos etários, sendo um espaço de sala de “aula” destinado a cada faixa etária. A organização desses espaços, em geral, configura-se em uma boa parte do espaço destinada às mesas e cadeiras, prateleiras acima da altura das crianças com brinquedos, jogos e outros materiais pedagógicos, cestos com alguns brinquedos, armários de aço fechados e/

ou trancados, um quadro negro, uma mesa do professor e os espaços das paredes destinados à exposição de trabalhos das crianças e professores, sempre expostos acima do campo de visão das crianças.

Nessa organização, evidenciamos que o atendimento ao direito à brincadeira, no que diz respeito ao acesso e organização dos brinquedos, se restringe a uma pequena variedade de brinquedos, muitos deles quebrados ou sem pilhas/baterias, “jogados” dentro de cestos dispostos em um canto da sala; outros brinquedos são guardados em locais em que as crianças não possuem acesso, como armários fechados e prateleiras altas; e os períodos reservados para as brincadeiras livres nesse espaço são caracterizados por curtos períodos de chegada e saída das crianças na instituição.

Outro direito desatendido refere-se ao direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante em relação a lugares adequados para descanso e sono das crianças. Às crianças que pertencem a jornada de período integral são assegurados momentos de descanso e sono, porém o lugar destinado aos mesmos é a própria sala de “aula”, onde o professor organiza colchonetes no chão entre as mesas e cadeiras para esse fim. Além disso, a altura das janelas e a disposição dos equipamentos e materiais não são adequados às necessidades de visão das crianças, uma vez que estão estruturados acima da altura das crianças, limitando seus campos de visão.

Ademais, o direito ao desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão das crianças é reduzido, uma vez que as atividades ficam engessadas nas mesas e cadeiras, mesmo em momentos lúdicos de brincadeiras.

Diferentemente do espaço interno sala de “aula”, o espaço externo parque é comum ao coletivo infantil da instituição. Nesse espaço há um grande tanque de areia retangular com alguns brinquedos de playgrounds (escorregador, balanço, giragira, trepa-trepa, gangorra). Ao analisarmos sua organização e as interações que ali ocorrem, identificamos que o direito ao contato a natureza é cerceado, uma vez que as crianças devem brincar dentro do tanque de areia e em seu entorno, não tendo acesso aos espaços disponíveis com plantas e canteiros; o direito de brincar com água é coibido, mesmo em dias de calor, pois as crianças devem evitar se sujarem, já que não há uma área adequada para o banho na instituição; e o direito à brincadeira e ao movimento em espaços amplos é limitado aos brinquedos de playgrounds e ao tanque de areia e o seu entorno.

A partir dessa análise, pudemos notar que a organização e o funcionamento interno das instituições infantis revelam “uma concepção pedagógica cuja preocupação está pautada no entendimento adultocêntrico de educação infantil” (HORN, 2004, p. 56), onde há uma visão limitada de criança, infância, espaços, territórios e educação que resultam no negligenciamento do pleno atendimento dos direitos fundamentais das crianças.

Nota-se que os espaços não são pensados e planejados para as crianças, pois não exploram as possibilidades pedagógicas dos arranjos espaciais no desenvolvimento

infantil a fim de facilitar encontros, interações e trocas no coletivo infantil, garantindo o bem-estar de cada criança e do coletivo como um todo (HORN, 2004).

Em suma, nosso olhar mais atento apontou a existência de falhas na estruturação dos espaços destinados às crianças nas instituições de educação infantil para o pleno atendimento dos seus direitos, mesmo com as legislações presentes, o que revela que, para, além disso, há também uma lacuna na compreensão do que é ser criança e do que é e como deveria ser tais espaços.

Assim, concluímos que o espaço não é algo que emoldura, não é só o meio físico ou material, mas é também as interações resultantes dele, o qual engloba concepções de lugar, tempo, infância e criança que rompe a visão adultocêntrica de educação infantil e de territórios de infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Editora: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEIF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/infra.pdf>>. Acesso em: out. 2018.

_____. Parecer CNE/CEB n.20, de 09 de dezembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: out. 2018.

CAMPOS, M. M. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 119 p.

LOPES, J. J. M. Geografia da infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/915>>. Acesso em: nov. 2018.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. Geografia da Infância: territorialidades infantis. **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.1, pp.103-127, Jan/Jun 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/lop_vasc.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. 310 p.

MORUZZI, A. B. Linguagens, Interações e Brincadeiras – Preposições para o Currículo na Educação Infantil. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 3, n. 5, pp.16-26, 2014. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/view/664/399>>. Acesso em: nov. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia" e membro do Grupo "Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT". Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento institucional 61

Alienação 93, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 196

Animação 102, 103

Anos iniciais 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Aprendizagem 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 28, 30, 36, 38, 39, 43, 48, 50, 52, 53, 57, 59, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 126, 129, 142, 143, 144, 154, 155, 159, 165, 181, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 196, 201, 213, 220, 221, 230, 232

Atitudes 10, 42, 43, 73, 117, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 160, 182, 183, 203, 222, 240, 246

AVAs 84, 85, 86, 87, 89

B

Base Nacional Comum 21, 28, 29, 32, 33

Bem-estar docente 34, 41, 42, 43, 45

Brinquedoteca 6, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

C

Cibercultura 90

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 162, 163, 170, 172, 180, 243, 244, 246, 250

C&T 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142

Currículo 8, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 45, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 133, 185, 188, 190, 201, 225, 226, 228, 251

D

Desafios 21, 22, 29, 44, 59, 64, 75, 81, 82, 89, 92, 99, 119, 121, 123, 124, 125, 127, 129, 157, 217, 224, 225, 227, 244, 245, 247

Didática 31, 32, 33, 71, 75, 82, 154, 190

E

Educação a Distância 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 120, 126, 128, 129, 217, 240

Educação infantil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 20, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 82, 157, 246

Educação permanente em saúde 118, 120, 121, 122, 129, 130

Educadores de creche 9, 13

Ensino 2, 10, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 48, 51, 52, 58, 59, 64, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 89, 90, 91,

93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 166, 170, 174, 183, 187, 189, 193, 195, 198, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 251, 252

Ensino de história 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33

Ensino técnico 132, 133, 134, 142

Espaços físicos 1, 2, 3, 4, 5, 6

Estratégia saúde da família 118, 119

F

Filme 102, 104, 105, 107

Formação 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 44, 45, 50, 55, 57, 59, 63, 64, 69, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 85, 86, 89, 93, 94, 96, 108, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 131, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 231, 232, 238, 240, 242, 244, 246, 251, 253

I

Identidade 4, 9, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 28, 47, 49, 63, 64, 66, 74, 92, 95, 99, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 219, 225, 251

L

Livro da vida 46, 48, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Ludicidade 61, 66

M

Mal-estar docente 34, 41, 43

Marxismo 145, 158

Memória 27, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 135

Memória mediada 46, 49

MOOCS 86, 87, 90

N

Novas tecnologias 33, 77, 82, 91, 92, 99, 117, 118, 126, 232

P

Pedagogia histórico-crítica 145, 147, 152, 153, 154, 155, 157, 158

Planejamento 10, 17, 18, 19, 20, 38, 50, 62, 69, 73, 75, 77, 82, 91, 93, 98, 99, 100, 122, 124, 126, 169, 170, 171, 172, 194, 223, 239, 253

Professor 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 59, 64, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 114, 115, 135, 142, 143, 154, 155, 160, 161, 163, 165, 166, 171, 180, 182, 190, 198, 199, 220, 221, 223, 226, 229, 230, 231, 238, 253

Professor de educação física 34

R

Recursos didáticos 102, 103, 107, 108, 126, 238

S

Sala de aula 17, 23, 32, 39, 40, 42, 47, 52, 56, 57, 58, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 104, 108, 115, 181, 190, 225, 230, 231

T

Tecnologia 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 96, 99, 100, 101, 120, 130, 132, 135, 136, 142, 143, 144, 159, 229, 230

Telessaúde 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Territórios da infância 1

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-759-8



9 788572 477598